

Política econômica

A metamorfose da política econômica brasileira*

Enéas de Souza**

Economista da FEE

A política econômica do Brasil tem um desdobramento interno feroso, pois estão inscritos nela um conflito, uma divergência e uma luta, que fazem o interesse da atual situação nacional. Depois de inúmeros anos de poder, de um poder quase autocrático, o capital financeiro encontrou uma força que tenta se expressar, opor-se e conseguir, enfim, um arrefecimento de sua sufocação. Trata-se das aspirações da sociedade popular, englobando operários, trabalhadores de serviços, trabalhadores rurais, mas também trabalhadores terceirizados e trabalhadores informais, frágeis autônomos, ampliados por uma vasta camada de desempregados urbanos e do campo — massa de pobres, de indigentes e miseráveis. Parecem ser uma mistura de personagens de Dickens e de Monteiro Lobato. E essa população, que tem alguns movimentos sociais organizados, é normalmente dispersa e de poder social limitado. Manifestou-se unificadamente pelo voto nas eleições de 2002, através de uma proposta de modificação econômica que atendesse ao social, e não se convenceu das mazelas e das adversidades do Governo Lula, porque não recusou um segundo mandato ao atual Presidente, mandato que veio envolto num desejo: o desejo de desenvolvimento.

No convés do navio liberal, que cortava as águas do pós-Itamar, no entanto, não havia lugar, na política econômica, para a multidão. Havia, sim, um movimento impetuoso, tratando de direcionar a corrente das finanças, com os seus fluxos eletrônicos de capital, para o objetivo rijo e inflado de usufruir o modelo de acumulação financeira. Não há dúvida de que esses aportes de recursos — combustíveis insuperáveis — lubrificavam com eficácia a montagem de uma máquina econômica cuja forma de desempenho tinha base numa insistente busca de estabilidade. Para tal, numa determinada altura do jogo, uma combinação de diversos elementos, dentre

os quais se sobressaíam as metas de inflação, a fixação de um superávit fiscal primário, a abertura comercial e a liberdade de câmbio, constituiu a forma adequada ao controle da flutuação dos preços, dando uma fluidez esperta ao sistema. No centro dessa verdadeira galáxia, habilmente dirigida pelo Banco Central, estava a regulação da taxa básica de juros, o que assegurou — atravessando a “era fernandina” e os tempos de Lula — uma admirável expansão da abertura financeira. A incessante rotação, de tal forma voluptuosa, dessa máquina, sempre em velocidade crescente, favoreceu, com largueza, os grandes investidores, os fundos de investimentos, os fundos de pensões, as companhias de seguros, enfim, os aplicadores nacionais e internacionais. Essa força navega imersa dentro da economia brasileira, contudo, como um laço em efervescência, anima uma nítida correia de transmissão com as finanças do planeta. Claro que sobrou um pouco — sempre sobra — para a classe média (“Você vai se apaixonar pelo mercado financeiro”, como diz o anúncio da TV), que aderiu com vontade à paixão pelos ativos das finanças.

Como podemos verificar, o que esteve e está em jogo é um conflito entre uma força que quer mudanças e outra que busca manter o mesmo esquema. Uma tensão que sofre uma necessária mudança, agora, em 2007. Emerge, notoriamente, um pergunta irrefreável: como balançou, com as eleições de 2006, a relação Estado/máquina financeira? Como se fez presente o mandato popular? E o que, de fato, alterou?

A força que vinha da massa informe, pela imantação dos programas sociais de 2002 a 2006, culminou nas urnas, elegendo Lula como o seu representante. E deu, no caso, uma resposta à classe financeira, e, em certo sentido, à classe média, sobre o jogo e a disputa na política. À campanha de desmoralização praticada contra o Governo (independentemente de sua veracidade, ou não), tal massa disse, pela votação, que a política não é submissão à ética, ou mesmo falsas moralidades, ela é, ao contrário, antagonismo e batalha de forças. Pois o

* Artigo recebido em 17 jul. 2007.

** E-mail: esouza@fee.tche.br

setor financeiro, que pedia ao País, e principalmente ao Estado, respeito aos contratos, inúmeras vezes propunha e conseguia, contra a população, alterações para favorecê-lo, bem como alterava regulamentos, impostos e taxas no cotidiano das operações. E, por essa razão, o agregado popular, enorme quantitativamente, mas muito individualizado em termos de grupos, identificou nos projetos assistenciais do Governo (do Bolsa-Família ao Luz para Todos) um traço de defesa das suas necessidades básicas, por mínimo que fosse. Dessa forma, a votação foi canalizada para o Presidente, que buscava a reeleição. **E o pleito deu-nos uma lição: não que a ética não possa se manter viva, mas ela não decide necessariamente as questões da política.**

A política é controvérsia de princípios, visões e ações, um espaço de labirintos e meandros, solavancos e surpresas. Numa palavra: um lugar recheado de armadilhas. Portanto, não há uma racionalidade prévia e dedutiva, tudo passa pelo combate, pelo confronto, sabendo-se que a ética não é uma imposição, é uma opção não obrigatória dos participantes do jogo. Se a não-ética do contraste político é um traço possível e foi nítido nas eleições de que estamos falando, na democracia liberal, há um outro ponto a aprender e a conhecer. Um “novo círculo do inferno”, como diria Dante: não basta ganhar a eleição, há que poder realizar o prometido, o pactuado no compromisso eleitoral. Pois, como um canal que divide duas margens, a população não está soldada ao seu eleito, não tem ligação necessária com a outra borda. Há um rio. E nesse intervalo que se abre, no quadro pós-eleição, entre a população e a Presidência, como aconteceu antes, durante e depois das eleições de 2002, se enquadram efeitos de todas as ordens — ventanias de contendas parlamentares, pressões de conjuntos de associações empresariais, ações de empresas e bancos de renome, proposições de sindicatos trabalhistas proeminentes, greves de categorias organizadas, bem como os redemoinhos de uma mídia diária e industrializada — que atuam, e cuja resultante, dada a relação de poderio, tem sido a ruptura da ligação “população e candidato vencedor”. Uma espécie de outro jogo infiltrado no coração do mandato eleitoral. Um desarme da democracia. Com isso, a representação real da política pode ficar alterada, sofrer impactos definitivos, revelar-se suspensa, muitas vezes, na brecha da separação do Governo de seus eleitores. Ético ou não ético? Político ou antipolítico?

A fidelidade na estratégia nacional

Assim, se o Governo quiser manter a sua fidelidade àqueles que votaram nele, tem que ter uma estratégia para enfrentar uma outra estratégia, no caso de agora, a visão e os atos que vêm da dinâmica da força financeira, que está representada, no Estado, por uma hegemonia de pensamento que gere competentemente o próprio Banco Central. As fissuras da política seguem o caminho das linhas de menor resistência. Nesse sentido, a estratégia popular, para ter ímpeto, para obter envergadura, para servir à nação, para conseguir equilibrar a astúcia, o impulso e a razão exclusiva das finanças, **tem que assumir contornos de estratégia nacional, tem que tentar promover algo que valha para a maioria e que finque, no campo externo, uma estratégia autônoma e, no campo interno, uma proposta de desenvolvimento econômico e social.**

Isso equivale a dizer: o setor popular e o Estado não podem permitir que o ajuste das eleições seja rompido pela continuidade diária da máquina financeira. A forma é uma estratégia, uma ponte, um pacto de política econômica com o setor industrial, para que esse possa, ao menos por um tempo, desenvolver a sua vocação econômica e, como consequência, afastar-se do pensamento de incrementar a sua própria renda por meio das aplicações de recursos nos mercados de títulos públicos e privados. O objetivo político contém um apelo econômico: retomar a lucratividade do seu negócio propriamente dito, autenticando a ampliação de sua capacidade produtiva por intermédio do investimento, expandindo a produção e incrementando o emprego. As aplicações financeiras seriam um subproduto residual de suas operações. Foi nessa direção, ao menos na nossa visão, que caminhou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), lançado em fins de janeiro deste ano, visando e buscando dinamizar a tal produção e o tal emprego, na expectativa de lucro e salários. Nesse programa, **o Estado almeja ligar a política de crescimento à economia produtiva, o que equivale a salientar a tentativa de contrabalançar o desnivelamento produzido pelo capital financeiro.** Este, por sua vez, continua desembaraçado na acumulação de uma riqueza peculiar, numa especulação atual que acompanha, com uma intensa liquidez dirigindo-se ao Brasil, a especulação norte-americana, originada na bolha imobiliária.

A política é — como se constata todo dia — uma tensão, onde existe união e separação, construções e

desconstruções e, de tempos em tempos, novas e novas configurações de forças. A política é uma rivalidade que serve como uma grande metáfora da vida. Ou é a vida que é uma metáfora da política? Em todo caso, é preciso admitir que a política econômica é um barco que dança em um mar ora revolto, ora calmo, enfim, um mar sem repouso.

A política econômica entre dois sóis

A política econômica está, no momento, no meio do confronto de duas forças que se rivalizam no espaço do Brasil, com nítida superioridade de saldos, bem como nas ações de gabinetes e nos recursos materiais e ideológicos para o grupo das finanças, só que demarcada pela política do que a mídia chama de “opinião pública”, que são o sussurro e o vozerio das ruas e os votos postos na boca das urnas de quatro em quatro anos, o que equivale a afirmar que a duração de uma vitória eleitoral, como todo o rumo de uma política econômica, aparece balizada e referenciada pela população. Para encarar tal realidade, é preciso vermos a história recente, pois, durante e depois da crise cambial, da crise de crédito, da crise de aplicações e investimentos provocada pelo capital financeiro em 2002, o Governo acabou sendo forçado a pensar e a resolver a política econômica no curtíssimo e no curto prazo, mas com uma visão progressiva de prazo médio, senão longo, sobretudo depois de 2006. Quem observou atentamente percebeu que o Governo, já tendo arrumado os fundamentos econômicos (aproveitados prioritária e quase privativamente pela máquina financeira), depois das dificuldades econômicas de 2003, conseguiu alcançar um interregno no enfrentamento político e ideológico da corrupção e, fazendo notórios os seus trabalhos assistenciais, ganhou o pleito eleitoral de 2006.

Na quebra desse ano, tendo negociado já uma base parlamentar, um pouco antes da “Crise Renan Calheiros”, que pode levar a novos descaminhos, o Executivo saiu na frente, lançando singularmente o PAC. Como dissemos anteriormente, o Governo deixou de lado o cerco financeiro dos últimos 10 a 12 anos. A questão passou a ser, então, a montagem e a articulação de uma proposta de crescimento (já contida nesse programa), em combinação, mesmo que instável, com “a política econômica reduzida das finanças” (Souza, 2007), cuja meta é só tratar de moeda, câmbio, juros e finanças públicas. Esse movimento foi alcançado no interior do

Governo pelo descolamento estratégico do Ministério da Fazenda do pensamento e da política do Banco Central, abrindo um espaço, uma clareira, entre essas duas entidades, para fazer emergir a possibilidade de negociar medidas, até mesmo pontuais, de cunho desenvolvimentista. Passemos do PAC de janeiro para os PACs sociais, mas, sobretudo, confirmemos a nítida ênfase da geração de medidas para o setor agrícola, para a agricultura familiar, por exemplo, com uma massa de financiamentos importantes e uma queda de juros significativas. Temos que chegar a uma nova conclusão: **a atual política econômica não é mais uma unidade sem contradição, pois, no magma do êxito financeiro, que se perpetuou exclusivo por muitos anos, penetra um odor de crescimento produtivo.** Assim, na política econômica, diante do sol financeiro, parece surgir outro sol, o sol da produção.

A razão de ser dessa fissura, dessa ruptura, na pretérita unidade da política econômica, quase monopólio das finanças, que vem dos tempos de FHC, é, sem dúvida, o contramovimento popular que o Governo Lula foi, muito lentamente, assumindo; muito lentamente e com ações dispersas, o que dá uma idéia da impregnação da força no Estado financeiro. Foi uma estratégia altamente fragmentada, que começou, de fato, com as ações do Ministério de Relações Exteriores para a efetivação de um projeto e de uma política autônoma do Governo brasileiro. Logo após a mudança na Casa Civil do Lula I, oferecendo coesão, coerência e coordenação estratégica a ações e programas do Governo, houve duas outras linhas que vigoraram como resposta acuada à campanha do mensalão: um plano do Ministério da Justiça de ação policial contra a corrupção, começando pelo caso Daslu, com amplas operações no ano em curso; e um arranjo congressual encaminhado pelo Ministério de Relações Institucionais, para anular e reorganizar uma tonalidade política mais ampla do que a mera luta pelo desgaste do Governo. Uma terceira linha poderia ser vista na discussão e nas propostas debatidas no Conselho Econômico e Social, iniciadas bem mais cedo, que, correndo “por fora”, iniciou um diálogo com a finalidade de organizar um enlace entre políticos, industriais, sindicalistas e movimentos sociais, coisa que foi acontecendo no caminho das discussões.

Estamos trazendo essas considerações extra-econômicas — políticas das mais diversas ordens —, sem entrarmos na profundidade dos trabalhos desses e de outros ministérios, cujas ações, vigorosas ou não, ficam ocultas nas camadas mais sutis da burocracia, com ações e relações específicas, apenas para mostrar uma proposição nova no contexto político deste início

de século. Uma ziguezagueante, mas determinada, tendência de ação levou o Governo, quase subterraneamente, ao estabelecimento de uma estratégia capaz de enfrentar — ou seria melhor dizer, reposicionar — as finanças e, no desdobramento dos fatos, a pretender uma repartição, mesmo que pequena, dos resultados da política econômica. Fazendo essas análises, podemos notar algo que não pode ser esquecido e que constitui um dos fundamentos deste artigo: **não se faz nada em política — e sobretudo em política econômica —, sem que se tenha o domínio de estruturas e de instituições.** A arte do poder, que quer propor o novo ou o diferente, passa pela instauração de processos de metamorfoses dessas instituições e das estruturas vigentes. Para termos noção da amplitude das transformações indispensáveis, não podemos deixar de considerar que aquelas montadas pelas finanças tinham — e têm — uma fortaleza incrível e fora de série. Mudá-las sempre é possível, mas elas são como as ostras, só saem das pedras com talhadeiras. E foram essas talhadeiras que as eleições trouxeram para romper, ao menos em parte, a arquitetura rígida do Estado brasileiro, inclusive as instaladas desde os anos 90.

O decálogo do colapso financeiro do investimento

A questão do investimento está na ordem do dia da política econômica. Para pensarmos a sua trajetória futura, façamos um sumário do que aconteceu no Brasil, nos últimos anos. Vários são os aspectos — um decálogo, talvez — que afetaram e corroeram como uma chuva ácida os gestos de investir.

Primeiro, a montagem de um modelo de acumulação financeira, com um severo controle da explosão inflacionária e a garantia do superávit primário fiscal. O resultado não se fez esperar: explosão da renda financeira, limitação do investimento e liquidação do desenvolvimento. Segundo, a concentração do empresariado nacional e do internacional em torno de ganhos no mercado financeiro. O papel principal coube aos títulos do Governo, que proporcionam, no mínimo, pelo arrastar lento da queda dos juros, uma renda financeira básica e segura. Terceiro, a especulação acentuada com a taxa de juros e a moeda. Houve dois agudos momentos: até o fim de 1998, com a moeda praticamente fixada e os juros livres, e a partir de 1999, no jogo entre os juros (fixados num patamar, ainda que em queda, geralmente elevado) e a taxa de câmbio livre, tendendo à valorização do real.

Quarto, a criação “exuberante” de novos instrumentos, atendendo às necessidades dos múltiplos aplicadores e dos múltiplos mercados. O desenvolvimento do mercado financeiro elevou o nível da especulação, atraindo enormes somas de aplicações estrangeiras. Quinto, a limitação permanente do investimento. Em consequência dos itens anteriores, ele não passou, pela nova metodologia do IBGE (2004), de 18,32% em 1995, seu ponto máximo, chegando a 15,28% em 2003, seu ponto mínimo. Sexto, a queda espetacular e deprimente da média histórica do crescimento brasileiro, passando de 7% para 2,5/3% do PIB. Foi, efetivamente, um crescimento medíocre, com os níveis mais baixos do Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Sétimo, o avanço do capital nas áreas estratégicas de telecomunicações, de energia, de educação, de saúde, de previdência, etc. A causa da retirada do setor público desses setores foi a dívida brasileira, com ampla privatização. O efeito macroeconômico da ausência do Estado nas decisões de investir recaiu sobre o impedimento da criação de uma onda conjugada de investimentos que, sincronicamente, conduzisse a economia para outros patamares produtivos, bem como sobre a desarticulação de uma estratégia econômica nacional. Oitavo, a crítica de múltiplas frações da sociedade brasileira, de setores econômicos e internacionais, inclusive de bancos supranacionais e até de setores financeiros, pelos baixos níveis do investimento produtivo e pelo crescimento miúdo. Esse processo, paralelamente ao movimento da população, ajudou a criar um ambiente moderadamente favorável ao Governo (com liderança substancial da Petrobrás) para a retomada do investimento público associado ao investimento privado. Nono, a recomposição do Governo para o retorno a uma participação mais efetiva no investimento. As vastas áreas da infra-estrutura pública, de apoio à produção e das zonas urbanas, de um modo geral desgastadas pela política do neoliberalismo, trouxeram novamente para o primeiro plano o papel do Estado na condução da estratégia nacional, que tinha ficado restrito a área do Ministério de Relações Exteriores. Décimo, a imperiosidade de fazer um programa no campo da energia/infra-estrutura da produção e infra-estrutura urbana. Dela surgiu o Programa de Aceleração do Crescimento, como consequência política e econômica lógica.

Mas há algo que podemos acrescentar a esse decálogo: a interligação, hoje, julho de 2007, dos mercados mundiais financeiros, que causam uma assombração extra, por conta de uma crise que se instalou e prospera na especulação nos mercados dos

“sub-prime”. Essa dinamite pode detonar, trazendo múltiplos e repartidos efeitos, causando uma crise mundial. É uma noite que pode chegar até nós. Falando do desajuste do “sub-prime”, em julho, Blomberg dizia, como se visse a peça de Shakespeare, Macbeth, que a crise era um *blood bath*.

A persistência da verticalidade descendente

Quando analisamos a dinâmica da economia brasileira pela ótica do investimento, percebemos que, depois da entrada de FHC, houve a persistente inclinação para baixo da curva do investimento, fato que obrigou a economia a descer a um patamar de crescimento do PIB ao redor de modestos 2,5%. Vendo com calma os dados, as coisas ficam transparentes, a taxa de investimento desceu de 18,32% em 1995 para 15,28% em 2003, como já vimos acima, sempre à espera de que a política do modelo de acumulação financeira proporcionasse a origem do “crescimento sustentado”, como dizia o eminente Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Mas a tendência da curva do investimento só se alterou em 2004, passando por 2005 e chegando a 2006, quando houve uma pequena regeneração, atingindo, no último ano, 16,80% — todos os dados são obtidos da nova metodologia do IBGE (2004). Ou seja, as críticas que múltiplos analistas fizeram durante anos sobre a questão do investimento — nós inclusive — sempre foram verdadeiras e contundentes. Uma crítica, todavia, não opera transformações, a não ser quando forças políticas atravessam os obstáculos e provocam a materialização dos seus conteúdos em atos concretos da atividade econômica.

Observando os múltiplos artigos de economistas do BNDES, da coleção **BNDES Visão do Desenvolvimento**, podemos verificar diversas facetas do problema, sobretudo quando tratam das alterações que a metodologia do IBGE trouxe para a avaliação do investimento. Desse ponto de vista, encontramos lá o fundamento de proposições do PAC, pois elas penetram, de fato, nas áreas críticas da economia, destacando a construção civil, seja no setor habitacional, seja na infraestrutura. A indispensável recuperação dessas áreas através de uma série combinada de atos de política econômica — taxa de juros, articulação do crédito público e privado, com investimento nos dois setores, destinação crescente de verbas orçamentárias para esse destino, controle da especulação sobre o setor imobiliário, etc. —

estão pedindo passagem há bastante tempo. O dado que parece positivo, como uma paisagem que promete, é a capacidade da empresa instalada no Brasil de manter-se atualizada com os seus requerimentos de bens de capital, o que permite também perceber um incremento elevado na sua produtividade.

Mas a economia como um todo conduz-nos a desenhar uma nova hipótese macroeconômica. A excessiva absorção dos recursos pela área das finanças, durante os últimos anos, teve o efeito paradoxal de ser um propulsor também para a reposição dos investimentos, pois as rendas de origem financeira, pela natural competição dos ativos monetários, financeiros e reais, como nos falava Minsky, trouxeram, como um diamante escondido, a elevação da produtividade econômica das empresas, o que, no fim das contas e no limite, se tornou um apelo crescente para possíveis novos investimentos, por causa do crescimento da taxa de lucro esperada. Porém não devemos deixar de considerar o nível microeconômico, que nos assegura que, mesmo diante das festas especulativas, onde as tesourarias tiveram algum alívio, o capital produtivo manteve o investimento e sua produtividade, com vistas, no mínimo, a manter, a alterar ou a melhorar a sua competição nacional e internacional.

O que podemos esperar, quando fazemos um levantamento dos projetos de investimentos industriais dos setores mais diversos — petróleo, extrativa mineral, insumos básicos, habitação de classe alta e de classe média, automobilístico, eletrônico, portos, armazenagem, saneamento, telecomunicações, etc. — é que, guardadas as condições atuais, se está anunciando **um começo da reversão consistente da curva do investimento**, com o acréscimo vital, ao investimento privado, do investimento público e estatal.

A madrugada de um novo Estado?

Estamos, a partir de agora, falando, sim, do investimento público, daquele que pode também estar associado ao investimento privado, mas que tem a direção, a orientação e uma coordenação do setor público. Aquele que tem, contrário à visão micro do setor privado, a perspectiva macroeconômica. O que significa essa observação no contexto da estratégia nacional e da política econômica?

O que notamos na economia brasileira é que há carência de um ponto de vista que seja universal, que

possa regular a desordem das múltiplas concorrências e que possa evitar desastres, quando possível, ao País, mas que possa também orientar, fornecer apoios e dar acréscimos ao dinamismo econômico e social da Nação. É por isso que podemos ver em andamento, com toda a razão, um retorno do personagem Estado. Um novo Estado, que não elide a presença do setor privado, como uma diferente etapa histórica. E, no caso brasileiro do momento, há um esforço para criar um Estado que tenha uma perspectiva de soberania política, cuja inscrição se dá, no campo externo, pela construção de uma autonomia do Brasil e, no campo interno, na colocação do investimento público como um dos elementos fundamentais do retorno do País a um processo de desenvolvimento e a um reinício de organização social, dando mais ordem à desordem complexa da sociedade (como, por exemplo, as questões da violência urbana e do “apagão” aéreo). Essa constatação tem a sua gravidade. Independentemente da hegemonia do capital financeiro — que existe e que é concreta —, há a necessidade de que a Nação reencontre o campo de uma ampla expansão econômica e que se locomova para uma justiça social melhor. E esse ponto de mira — esse alvo, essa realidade — é atingido pelo dinamismo político que vem da base social e que se articula com o Estado, para equilibrar a tendência desorganizadora brutal das finanças no presente.

É preciso compreender que o reequilíbrio dinâmico do Estado e da Nação não é “o equilíbrio macroeconômico de variáveis” que favoreçam a acumulação financeira, mas organiza-se a partir da força da população, expressando-se também na política econômica, sob a forma de contrapeso e numa concentração ativa no que tange ao investimento. Não basta o investimento produtivo privado. Ele não é suficiente para o desenvolvimento social e econômico, pois se orienta apenas pelo lucro e não atende aos reclamos tanto da população como também do próprio setor empresarial — basta ver a crise que se instalou na infra-estrutura brasileira. **Nada contra a presença do capital nessa área. O que ele não tem condições é de ser o único definidor estratégico da direção da Nação, porque sua visão é parcial e submetida ao tempo da viabilidade rentável de um investimento privado.** Convém dizer que a Nação se move por interesses decisivos de uma comunidade como um todo, na relação externa e interna, e não apenas no aguardo de oportunidades de lucro e com um lance de longo prazo. **Uma nação não é o capital.** O mercado, John Gray já afirmava isso, não é a solução de todos os problemas, sobretudo se considerarmos aqueles que são macroestratégicos.

Luz e sombra no horizonte da economia brasileira

No momento, com toda certeza, existem, pelo menos, dois vírus que ameaçam entrar o bom andamento da economia mundial e que, de uma forma ou de outra, afetam a economia brasileira. O primeiro está vinculado, como de hábito numa economia de domínio financeiro, à possibilidade de a crise econômica vir dessa esfera, surgindo da instabilidade do seu mercado, carregado soturnamente pela sua vocação especulativa, cuja origem está na bolha imobiliária norte-americana. Porém, como é um mercado todo conectado em rede, internacionalmente, ele já é um vírus que cresce como uma bomba instalada nas vísceras do seu circuito. O bloqueio dessa coisa escura está na obrigação da política econômica e do controle dos bancos centrais, que têm que estar astutamente atentos, uma vez que a desregulamentação dos mercados esconde e oculta o estouro dos ativos.

Porém a esfera da produção tem igualmente um vírus, só que de outro porte — extremamente agudo e inquietante —, que se chama crise da energia. Fala-se, então, do fim da era do petróleo e do começo de uma época mista; o petróleo teria como companhia os biocombustíveis, o que poderia provocar imensas mudanças nas diversas economias do planeta.

Com essa aproximação, podemos sentir que existe um trânsito de crise, no interior da atual conjuntura econômica internacional, de contornos difíceis de definir. No tema de que estamos tratando — a organização do Estado brasileiro, atravessado por um conflito político, entre o capital financeiro e a população —, parece-nos que aumenta a ênfase na preocupação da transformação do Estado e na necessidade de preparar a política econômica para a dupla realidade da crise. Do ponto de vista financeiro, em relação à armação dos múltiplos aspectos — taxa de juros, câmbio, balança comercial, balanço de transações correntes, balanço de capitais, reservas, orçamento fiscal, etc. —, o Brasil está numa situação muito melhor do que na crise do final do século XX. Do ponto de vista da produção, abre-se uma trajetória importante na questão da bioenergia, pela posição invulgar do Brasil nessa área. Ou seja, o importante é voltarmos a destacar o foco da estratégia nacional e organizarmos uma estratégia política que aponte tanto para a autonomia da Nação quanto para a articulação do setor produtivo e da população no fortalecimento do investimento, e, obviamente, protegemo-nos nos fundamentos, para

sofrermos as menores conseqüências das eventuais explosões do setor financeiro.

O capital financeiro e a crise energética

A questão da crise econômica do ponto de vista estritamente econômico é absolutamente transcendental e provoca uma instabilidade intensa no sistema da economia como um todo. O que está em jogo basicamente? O capital, hoje, reproduz-se com a hegemonia das finanças, regulado pela taxa de juros. E a predominância da esfera financeira (leia-se, ao menos, Keynes e Hilferding, por exemplo) leva a um confronto hegemônico com os investimentos da área produtiva, regidos pela taxa de lucro esperada ou pela eficiência marginal do capital. Mas essas taxas não habitam o mundo econômico isoladamente, elas se contrastam, se atiram, se miram, uma tem vantagem sobre outra, é uma disputa que favorece o capitalismo, para que possa direcionar os recursos para as finanças ou para a produção. Numa era de hegemonia financeira como a nossa, o que acontece é a predominância da taxa básica de juros, definida não pelo mercado, mas pelo Banco Central, ou seja, pelo Estado, mesmo que o primeiro seja independente ou autônomo, como advogam os neoliberais. De qualquer forma, o Banco Central funciona amparado, no fundo e no limite, pela coerção estatal (Souza, 2005).

O que a crise da energia e do efeito estufa introduziu no sistema é uma perturbação na dinâmica atual do capitalismo. Primeiro, porque está em andamento uma reorganização da estrutura energética da base produtiva da economia, ao mesmo tempo em que estamos saindo da civilização do petróleo para uma outra civilização, ainda não bem definida. Segundo, porque a alteração da base energética pode trazer mudanças nos mercados, alterações de custo, de lucratividade, de produtividade, de financiamento, de investimentos, etc., mas, principalmente, porque pode representar uma modificação no conjunto das mercadorias produzidas pelo sistema capitalista e, por conseqüência, mudanças significativas nos valores de uso e de troca das novas e velhas mercadorias, portanto, no mercado. Terceiro, porque a entrada em jogo das novas energias põe a caminho uma mudança profunda na relação taxa de juros/taxa de lucro esperada, de tal modo que mesmo os capitais que correm para a exponencialidade das rendas financeiras podem encontrar, até pelo princípio da diversidade de seu

portfólio, a possibilidade de lucratividades fantásticas, se chegarem primeiro ao pote que mata a sede. Quarto, porque a possível predominância ao menos quanto à aplicação de recursos na área produtiva, em comparação com a área financeira, presidirá o acréscimo potencial da instabilidade, da incerteza, do risco e da volubilidade dos competidores — e das nações. Quinto, porque já se estabelecem conjecturas para a construção de uma nova formatação do Estado, seja para proporcionar amparo aos capitais nativos, seja para fortalecer as inovações e as tecnologias, seja para garantir financiamentos, créditos e a comercialização dos produtos, seja para realizar acordos comerciais entre países, seja para sustentar e negociar futuros conflitos de territórios, tecnologias, apoios políticos aos capitais, seja..., etc. Sexto, porque entendemos que o atual estágio da geopolítica e da geoeconomia mudará fortemente, e acabamos por perceber que isso se dará no compasso da aceleração das novas trajetórias energéticas, mesmo que tishadas por desfechos financeiros adversos. Parece-nos que o essencial do que vem está na mutação da base energética da economia capitalista.

É, inclusive, através desse panorama prospectivo, olhado abstrata e teoricamente, que aflora um horizonte possível, estratégico, distinto para o Brasil. E ele será tanto mais um horizonte provável quanto mais prevermos o devir, soubermos e agirmos de maneira autônoma, tanto na canalização da força popular e produtiva para a reorganização do Estado e de sua política econômica como na questão da inserção da Nação no novo mundo energético e financeiro.

As reformulações do mundo do petróleo

A civilização e a economia capitalistas vão entrar em processo de transformação por causa da crise da sua estrutura energética; a era do petróleo está começando o seu canto de cisne; este mundo está acabando. Fala-se do esgotamento das jazidas petrolíferas como também do efeito estufa, resultante dos desdobramentos do uso dessa energia. Não interessa analisar, no momento, as causas dessa realidade, o que importa, depois de anúncios dos Estados Unidos e da União Européia sobre a necessidade de substituir a energia, é que, nesse processo de transição, o Brasil passa a ter uma oportunidade ímpar. Tivemos a oportunidade de assinar um protocolo sobre o álcool com os Estados Unidos, na vinda de Busch a São Paulo, como também passamos a

ser considerados parceiros estratégicos da Europa. Tudo isso adquire valor diplomático, político, tecnológico e econômico. Ou seja, **na iminência da transformação da geopolítica e da geoeconomia, o Brasil emerge como uma potencialidade efetiva, porque tem o que oferecer, trocar e receber.**

É claro que vamos enfrentar inúmeros e avantajados muros, múltiplas barreiras e inúmeras pedras, a começar por aquelas nações que promulgam o liberalismo no comércio e nas finanças, porque, quando chega a hora de abrirem suas economias, com o sorriso mais cândido do mundo, postulam que é fundamental proteger suas indústrias para poderem concorrer. Por essa razão, há uma avenida de possibilidades que vão depender da nossa capacidade de negociação — seja da política externa, seja da política econômica — para enfrentar esse conflito econômico, político, tecnológico, quem sabe militar, quem sabe cultural. Prevendo um pouco essa realidade, o PAC já tinha destinado uma parcela, mesmo que modesta, de 6% aos investimentos energéticos: R\$ 17,4 bilhões para os biocombustíveis. É preciso, portanto, pautarmos uma estratégia específica para o setor, trabalhando e discutindo sobre muitos itens: planejamento, consultoria, inovação, tecnologias, comercialização, *commodity*, acordos, parcerias, apoio à agricultura familiar, zoneamento agrícola, especificações e normas técnicas, padrões mercantis, crédito, aportes de capital nacional e de capital internacional, inclusive associações com empresas ou países, etc. Tudo está em aberto. Nenhuma notícia, nos últimos tempos, foi melhor do que esta, porque o Brasil tem experiência, tem idéias, tem desdobramentos industriais, etc. É verdade que a nossa vantagem é pequena, mas temos, na área energética, a enorme vantagem de possuímos uma grande empresa estatal de energia, a Petrobrás, que pode liderar estrategicamente o norte a ser traçado pelo Estado nacional. Naturalmente, tudo se descerra, franqueia-se, levando em conta, ainda, toda a gama de possíveis novas energias, como o ar, o sol, o vento, etc., no que o Brasil tem vastas perspectivas. Por isso, evidencia-se, cada vez mais, a possibilidade de uma nova arquitetura para um distinto desenvolvimento. Só que nada está ganho, pelo contrário, emerge uma guerra intensa para chegarmos aos objetivos.

Conclusão

Para entendermos a política econômica do Brasil e suas possíveis transmutações, não há outro itinerário que o de tentar analisar o conflito forte do momento, um

conflito intenso e vigoroso entre o capital financeiro e a população. Esta, por mais dividida que esteja, por mais distanciada da cena política que se situe, expressa os seus anseios nas eleições que se realizam de quatro em quatro anos. E o que ela tem comunicado, quase com fervor e com tenacidade, é o seu desejo de desenvolvimento. Este se transforma numa estratégia política, quando o Estado assume para si esse desejo e o projeta tanto para o espaço interno, que será exitoso, na medida em que faça uma política econômica que tenha como centro uma estratégia de investimento, como para o campo externo, onde a busca de uma nação independente e autônoma terá que ser uma reiterada e permanente meta. Só que esse desejo de desenvolvimento e essa busca de nação independente e autônoma se deparam com algo mais sério e mais decisivo, uma grande batalha e uma vasta contenda, as mudanças no interior do capitalismo de hegemonia financeira, com a necessária mudança da base energética da estrutura produtiva. Ao contrário de alterar a estratégia de desenvolvimento, de elidir a construção de um novo Estado, de ser submisso no contexto das nações, o que se faz necessário é ter claro qual o novo espaço econômico e político pelo qual temos que lutar, porque o País tem uma moeda de troca fundamental, a sua liderança na energia do álcool e a tremenda possibilidade de atuar em múltiplas energias, desde as resultantes dos biocombustíveis, como as que partem do sol e do vento. O que está no âmago dessas múltiplas perspectivas e dificuldades tem um segredo: a imperiosidade de desenhar uma estratégia nacional — flexível, mas de autogoverno. Assim, no teatro do financeiro e das novas energias, o confronto dos personagens, o desenrolar das intrigas e da história, tem apenas uma lei. É como escreveu Guimarães Rosa: “O sertão está em toda parte”.

Referências

BRASIL. Presidência. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Brasília, 2007.

IBGE. **Sistema de contas nacionais do Brasil 2000-2005: metodologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PUGA, F. et al. Porque o PAC vai aumentar o investimento. **BNDES Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 24, 12 fev. 2007.

PUGA, F.; NASCIMENTO M. A nova realidade do investimento no Brasil. **BNDES Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 30, 4 jun. 2007.

SANT'ANNA A. A.; COSTA, M. M.; ALBERNAZ, A. U. Estratégias ambientais para o desenvolvimento brasileiro. **BNDES Visão do Desenvolvimento**, n. 31, 15 jun. 2007.

SOUZA, Enéas. Banco Central e o domínio invulgar das finanças. In: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Lajeado: UNIVATES, 2005.

SOUZA, Enéas. Da estratégia do investimento nascem as nações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 33-40, mar. 2007.

SOUZA, Enéas. O Estado financeiro e a continuidade da política econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 13-20, set. 2006.